

Vol. 1, No. 5 (Agosto 2026)

**REVISTA
ATHENA LATINHO-AMERICANA**

**O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES
COM DEFICIÊNCIA**

The Teaching-Learning Process for Students with Disabilities

Maria Audeci Meneses de Oliveira¹

Revista Athena Latino-Americana

DOI: 10.69720/3086-5182.2026.000037

ISSN: [3086-5182](#)

¹Possui graduação em Normal Superior pela Universidade do Estado do Amazonas (2005) e graduação em Educação Física pela Universidade Federal do Amazonas (2016). Especialização em Educação Física e Nutrição. (FAIBRA) Atualmente é professora da Escola Estadual Professora Alda Barata na SEDUC - AM. Tem experiência na área da educação, em Letras ministrando como docente em Língua Portuguesa do ensino fundamental (anos finais)

Email: audecioliveiraoliveira@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3393611386463143>





Vol. 1, No. 5 (AGOSTO 2026)

O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

Maria Audeci Meneses de Oliveira



PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

ISSN
International Standard Serial Number
3086-5182
www.athena-latino-americana.com

Editora e Revista
Athena Latino-Americana
CPF: 639.619.621-20
Naviraí – Mato Grosso do Sul
Rua: Botocudos, 365 – Centro
CEP: 79950-000

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência no contexto da educação inclusiva, considerando os desafios e as possibilidades para a promoção de uma educação de qualidade. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica de produções científicas, documentos legais e políticas públicas que orientam a inclusão escolar no Brasil. A análise evidencia que a efetivação da educação inclusiva depende da formação continuada dos professores, do planejamento pedagógico inclusivo, da utilização de metodologias diversificadas, da acessibilidade e da articulação entre escola, família e Atendimento Educacional Especializado. Conclui-se que, embora persistam desafios relacionados à infraestrutura, aos recursos pedagógicos e à formação docente, a adoção de práticas inclusivas favorece o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos estudantes com deficiência, contribuindo para a construção de uma escola democrática, equitativa e comprometida com o direito à aprendizagem de todos.

Palavras-chave: Educação inclusiva; ensino-aprendizagem; estudantes com deficiência; práticas pedagógicas.

ABSTRACT

This article aims to analyze the teaching-learning process of students with disabilities within the context of inclusive education, considering the challenges and possibilities for promoting quality education. The study adopts a qualitative approach based on a bibliographic review of scientific literature, legal documents, and public policies that guide inclusive education in Brazil. The analysis reveals that the effectiveness of inclusive education depends on continuous teacher training, inclusive pedagogical planning, the use of diversified teaching strategies, accessibility, and collaboration among schools, families, and Specialized Educational Support Services. It is concluded that, despite persistent challenges related to infrastructure, pedagogical resources, and teacher preparation, the adoption of inclusive practices enhances the academic, social, and emotional development of students with disabilities, contributing to the construction of a democratic, equitable school committed to ensuring the right to learning for all.

Keywords: Inclusive education; teaching-learning process; students with disabilities; pedagogical practices.

1. INTRODUCCIÓN

A educação inclusiva representa um dos principais avanços das políticas educacionais contemporâneas, ao defender o direito de todos os estudantes à educação, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou múltiplas. No Brasil, esse princípio é assegurado pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que garantem o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência em classes comuns do ensino regular. Nesse contexto, o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência demanda práticas pedagógicas inclusivas, planejamento flexível, metodologias diversificadas e recursos de acessibilidade capazes de atender às diferentes necessidades educacionais.

Além disso, a atuação docente, a formação continuada, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a participação da família e o compromisso da gestão escolar constituem elementos essenciais para a efetivação de uma educação de qualidade, pautada nos princípios da equidade e da inclusão. Embora as políticas públicas tenham promovido avanços significativos,

ainda persistem desafios relacionados à formação dos professores, à disponibilidade de recursos pedagógicos, à acessibilidade física e tecnológica e à superação de barreiras atitudinais que limitam a participação plena dos estudantes com deficiência no ambiente escolar. Esses aspectos evidenciam a necessidade de refletir sobre as práticas educativas e fortalecer estratégias que favoreçam uma aprendizagem significativa e o desenvolvimento integral desses estudantes. Diante dessa realidade, este artigo tem como objetivo analisar o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência, destacando os principais desafios e as possibilidades para a consolidação da educação inclusiva. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, com base em livros, artigos científicos, documentos oficiais e legislações que tratam da inclusão escolar, buscando compreender os fatores que influenciam a construção de práticas pedagógicas inclusivas e o fortalecimento do direito à educação para todos.

2. MARCO TEÓRICO: Educação Inclusiva: Conceitos, Princípios E Fundamentos

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado nos

princípios da equidade, da diversidade e da garantia do direito à educação para todos, independentemente das condições físicas, intelectuais, sensoriais, sociais ou culturais dos estudantes. Diferentemente do modelo integracionista, que condicionava a permanência do aluno à sua adaptação ao ambiente escolar, a perspectiva inclusiva propõe a transformação da escola para atender às necessidades de todos os educandos, reconhecendo as diferenças como parte constitutiva do processo educativo (MANTOAN, 2015).

Nesse contexto, a educação inclusiva compreende que todos os estudantes possuem potencial para aprender quando lhes são asseguradas oportunidades, recursos pedagógicos, acessibilidade e práticas docentes que respeitem suas especificidades. Assim, a inclusão escolar ultrapassa o simples acesso à escola, abrangendo a permanência, a participação ativa e a aprendizagem significativa, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes em ambientes educacionais democráticos e acolhedores (GLAT; PLETSCH, 2012).

Os fundamentos da educação inclusiva encontram respaldo em documentos internacionais e na legislação brasileira. A UNESCO reconhece a educação inclusiva como um direito humano essencial e defende que os sistemas educacionais devem eliminar barreiras à aprendizagem e promover igualdade de oportunidades para todos os estudantes. Além disso, as diretrizes internacionais ressaltam que a inclusão fortalece a justiça social, reduz desigualdades e contribui para a construção de sociedades mais participativas e democráticas.

No Brasil, esse direito é assegurado pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e, especialmente, pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabelece a educação como direito da pessoa com deficiência em todos os níveis de ensino, garantindo condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem por meio da eliminação de barreiras e da oferta de recursos de acessibilidade. A legislação atribui ao Estado, à família e à sociedade a responsabilidade compartilhada pela construção de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo.

Outro princípio fundamental da educação inclusiva refere-se ao reconhecimento da diversidade como elemento enriquecedor do processo educativo. Nesse sentido, a escola deve organizar seu currículo, suas metodologias, seus processos avaliativos e suas práticas pedagógicas considerando as diferentes formas de aprender, assegurando que todos os estudantes participem ativamente das atividades escolares. Essa perspectiva rompe com práticas excludentes e

valoriza o respeito às singularidades, promovendo ambientes educacionais colaborativos e inclusivos (MANTOAN, 2015).

A atuação docente desempenha papel central na consolidação da educação inclusiva. O professor precisa desenvolver competências relacionadas ao planejamento flexível, à utilização de metodologias diversificadas, à adaptação curricular e ao uso de recursos pedagógicos acessíveis, favorecendo a aprendizagem de todos os estudantes. Além disso, a formação inicial e continuada torna-se indispensável para que os profissionais compreendam os princípios da inclusão e desenvolvam práticas pedagógicas capazes de atender à diversidade presente nas salas de aula (GLAT; PLETSCH, 2012; SANTOS; MIRANDA, 2023).

Portanto, a educação inclusiva fundamenta-se na garantia dos direitos humanos, na valorização da diversidade e na promoção da equidade educacional. Sua efetivação exige o compromisso das políticas públicas, da gestão escolar, dos professores, das famílias e da sociedade, de modo que todos os estudantes tenham assegurado não apenas o acesso à escola, mas também condições efetivas de participação, aprendizagem e desenvolvimento integral.

2.1 Legislação e Políticas Públicas para a Inclusão Escolar

A consolidação da educação inclusiva no Brasil resulta de um conjunto de dispositivos legais e políticas públicas que reconhecem a educação como um direito fundamental e asseguram às pessoas com deficiência igualdade de oportunidades de acesso, permanência, participação e aprendizagem no sistema regular de ensino. Esse arcabouço jurídico representa um importante avanço na promoção da equidade educacional, ao estabelecer que a escola deve organizar-se para atender à diversidade humana, eliminando barreiras que dificultem o desenvolvimento pleno dos estudantes (LEITE, 2024).

O principal fundamento legal da educação inclusiva está previsto na Constituição Federal de 1988, que estabelece, em seus artigos 205, 206 e 208, a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, garantindo igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Além disso, determina que o atendimento educacional às pessoas com deficiência seja realizado, preferencialmente, na rede regular de ensino, reafirmando o compromisso do Estado com uma educação democrática e inclusiva (BRASIL, 1988).

Outro importante marco normativo é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que dedica um capítulo específico à

Educação Especial, definindo-a como modalidade transversal a todos os níveis e etapas da educação. A legislação determina que os sistemas de ensino ofereçam serviços de apoio especializado, currículos flexíveis, recursos pedagógicos e organização escolar capazes de atender às necessidades específicas dos estudantes com deficiência, favorecendo sua aprendizagem e desenvolvimento integral (BRASIL, 1996).

No âmbito das políticas públicas, destaca-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada pelo Ministério da Educação em 2008. Essa política consolidou a orientação de que os estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação devem ser matriculados nas classes comuns do ensino regular, tendo assegurado o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como serviço complementar e suplementar ao processo de escolarização. Tal política contribuiu significativamente para ampliar o acesso desses estudantes à escola regular e fortalecer práticas pedagógicas inclusivas.

Outro avanço significativo ocorreu com a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), também denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência. Essa legislação reafirma que nenhuma pessoa com deficiência pode ser excluída do sistema educacional sob qualquer justificativa, assegurando adaptações razoáveis, acessibilidade arquitetônica, comunicacional, tecnológica e pedagógica, além da oferta de profissionais de apoio quando necessário. A lei também responsabiliza o poder público e as instituições de ensino pela eliminação das barreiras que dificultam a participação plena dos estudantes no ambiente escolar (BRASIL, 2015).

No cenário internacional, a Declaração de Salamanca (1994) permanece como um dos principais referenciais para a educação inclusiva ao defender que todas as crianças devem aprender juntas sempre que possível, independentemente de suas diferenças individuais. Mais recentemente, a UNESCO reforça que a inclusão constitui um direito humano fundamental e um elemento indispensável para a promoção da justiça social, da equidade e da qualidade da educação, orientando os países a desenvolverem sistemas educacionais capazes de atender às necessidades de todos os estudantes.

Apesar dos avanços legislativos, diversos estudos evidenciam que a efetivação das políticas públicas de inclusão ainda enfrenta desafios relacionados à formação continuada dos professores, à insuficiência de recursos pedagógicos, à acessibilidade física e tecnológica e à superação de barreiras atitudinais presentes no

cotidiano escolar. Assim, a garantia do direito à educação inclusiva depende não apenas da existência de normas legais, mas também da implementação de ações articuladas entre os governos, as instituições de ensino, os profissionais da educação e a sociedade, visando assegurar condições efetivas de aprendizagem e participação para todos os estudantes (LEITE, 2024).

2.2 O Processo de Ensino-Aprendizagem dos Estudantes com Deficiência

O processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência constitui um dos pilares da educação inclusiva, fundamentando-se na garantia do direito à aprendizagem, à participação e ao desenvolvimento integral de todos os educandos. Na perspectiva inclusiva, ensinar não significa apenas transmitir conhecimentos, mas criar condições para que cada estudante desenvolva suas potencialidades, respeitando suas características, ritmos e necessidades específicas. Dessa forma, o processo educativo deve ser pautado na equidade, na valorização da diversidade e na adoção de estratégias pedagógicas que favoreçam a aprendizagem significativa (MANTOAN, 2015).

Nesse contexto, o ensino-aprendizagem exige que a escola organize práticas pedagógicas flexíveis, capazes de atender às diferentes formas de aprender presentes no ambiente escolar. O planejamento deve considerar adaptações curriculares, metodologias diversificadas, recursos de acessibilidade e avaliações compatíveis com as necessidades dos estudantes, promovendo sua participação ativa em todas as atividades escolares. Assim, a aprendizagem deixa de estar centrada exclusivamente no aluno e passa a ser compreendida como resultado da interação entre o estudante, o professor, o currículo e o contexto educacional (GLAT; PLETSCH, 2012).

A utilização de metodologias inclusivas tem se mostrado essencial para ampliar as oportunidades de aprendizagem dos estudantes com deficiência. Entre essas estratégias destacam-se o trabalho colaborativo, a aprendizagem cooperativa, o uso de recursos multissensoriais, as tecnologias assistivas e o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que propõe a elaboração de currículos flexíveis capazes de contemplar diferentes formas de acesso ao conhecimento, expressão da aprendizagem e engajamento dos estudantes. Estudos recentes evidenciam que o DUA favorece a acessibilidade curricular e contribui significativamente para o desenvolvimento da autonomia e da participação dos estudantes com deficiência no ambiente escolar.

Outro aspecto relevante refere-se ao papel

do professor como mediador do processo de ensino-aprendizagem. A atuação docente requer planejamento pedagógico inclusivo, formação continuada e capacidade de identificar as potencialidades dos estudantes, desenvolvendo intervenções que respeitem suas especificidades. O professor deve utilizar diferentes estratégias didáticas, adaptar materiais, flexibilizar atividades e promover ambientes colaborativos que estimulem a participação de todos os alunos. Nesse sentido, a formação permanente constitui um elemento indispensável para fortalecer práticas pedagógicas inclusivas e assegurar uma educação de qualidade (LIBÂNEO, 2023).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) também desempenha importante função no processo de ensino-aprendizagem. Esse serviço não substitui o ensino da sala comum, mas atua de forma complementar e suplementar, oferecendo recursos pedagógicos, tecnologias assistivas e estratégias que favorecem a autonomia, a comunicação e a participação dos estudantes com deficiência. A articulação entre o professor da classe regular, o profissional do AEE, a equipe gestora e a família fortalece a construção de práticas inclusivas e amplia as possibilidades de aprendizagem (BRASIL, 2008).

Além das estratégias pedagógicas, as tecnologias digitais vêm assumindo papel cada vez mais relevante na inclusão escolar. Recursos como softwares acessíveis, leitores de tela, aplicativos educacionais, plataformas digitais adaptadas e dispositivos de comunicação alternativa ampliam o acesso ao currículo e favorecem a participação ativa dos estudantes com deficiência nas atividades escolares. Pesquisas recentes demonstram que a integração das tecnologias educacionais ao planejamento pedagógico contribui para maior autonomia, motivação e desenvolvimento das competências acadêmicas dos estudantes, desde que utilizada de forma intencional e articulada aos objetivos de aprendizagem.

Entretanto, apesar dos avanços proporcionados pelas políticas públicas de inclusão, ainda persistem desafios relacionados à insuficiência de recursos pedagógicos, à acessibilidade, à formação docente e às barreiras atitudinais presentes nas instituições de ensino. Tais fatores podem comprometer a efetividade do processo de ensino-aprendizagem e limitar a participação dos estudantes com deficiência. Assim, a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige investimentos contínuos em formação profissional, infraestrutura, tecnologias assistivas e políticas educacionais que garantam condições equitativas para o desenvolvimento integral de todos os estudantes (BRASIL, 2015; MANTOAN, 2015).

Portanto, o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência deve ser compreendido como um compromisso coletivo da escola, da família, dos profissionais da educação e das políticas públicas. A adoção de práticas pedagógicas inclusivas, fundamentadas no respeito à diversidade e na promoção da equidade, favorece não apenas o desempenho acadêmico, mas também o desenvolvimento social, emocional e a autonomia dos estudantes, contribuindo para a construção de uma educação democrática e de qualidade para todos.

2.3 O Papel do Professor e do Atendimento Educacional Especializado (AEE)

A efetivação da educação inclusiva depende, em grande medida, da atuação do professor e da organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE), ambos considerados elementos fundamentais para garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência no ensino regular. Nessa perspectiva, o professor deixa de assumir apenas a função de transmissor de conhecimentos e passa a desempenhar o papel de mediador da aprendizagem, desenvolvendo práticas pedagógicas que respeitem a diversidade, promovam a equidade e favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes (MANTOAN, 2015).

A atuação docente na educação inclusiva requer competências que vão além do domínio dos conteúdos curriculares. O professor precisa planejar estratégias diversificadas, flexibilizar o currículo, adaptar materiais didáticos, utilizar metodologias ativas e recursos acessíveis, além de promover um ambiente acolhedor que valorize as diferenças individuais. Essas ações possibilitam que os estudantes com deficiência participem efetivamente das atividades escolares e desenvolvam suas potencialidades em igualdade de oportunidades com os demais colegas (LIBÂNEO, 2023).

Nesse contexto, a formação inicial e continuada constitui um dos principais fatores para o fortalecimento das práticas inclusivas. A complexidade das demandas educacionais contemporâneas exige que os docentes atualizem constantemente seus conhecimentos sobre educação especial, tecnologias assistivas, adaptações curriculares e estratégias pedagógicas inclusivas.

Estudos recentes demonstram que professores com formação específica em educação inclusiva apresentam maior segurança para desenvolver intervenções pedagógicas adequadas às necessidades dos estudantes, contribuindo para melhores resultados no processo de ensino e aprendizagem.

Além da atuação do professor da sala comum, destaca-se a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE), instituído pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). O AEE caracteriza-se como um serviço de natureza complementar ou suplementar ao ensino regular, destinado à identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras à plena participação dos estudantes com deficiência. Dessa forma, o atendimento não substitui o ensino da classe comum, mas oferece suporte para potencializar a aprendizagem e favorecer a autonomia dos educandos (BRASIL, 2008).

O professor do AEE exerce funções específicas relacionadas à avaliação das necessidades educacionais dos estudantes, à elaboração de estratégias pedagógicas individualizadas, ao desenvolvimento de recursos de tecnologia assistiva e à orientação dos professores da sala comum e das famílias. Essa atuação colaborativa fortalece a construção de práticas inclusivas, permitindo que o planejamento pedagógico seja realizado de forma integrada entre os diferentes profissionais envolvidos no processo educativo. Pesquisas recentes evidenciam que a articulação entre o professor da sala regular e o professor do AEE constitui um dos fatores mais relevantes para o sucesso da inclusão escolar.

Outro aspecto fundamental refere-se ao trabalho interdisciplinar desenvolvido entre professores, gestores escolares, profissionais especializados, famílias e demais serviços de apoio. A inclusão escolar exige uma atuação coletiva, na qual as decisões pedagógicas sejam compartilhadas e orientadas pelas necessidades dos estudantes. Essa parceria contribui para a construção de ambientes educacionais acessíveis, favorecendo tanto o desenvolvimento acadêmico quanto o desenvolvimento social, emocional e da autonomia dos estudantes com deficiência.

Entretanto, apesar dos avanços alcançados pelas políticas públicas, diversos desafios ainda dificultam a atuação docente e a efetividade do AEE. Entre eles destacam-se a insuficiência de formação continuada, a escassez de recursos pedagógicos e tecnológicos, a limitação de profissionais especializados e a necessidade de maior articulação entre os diferentes setores responsáveis pela educação inclusiva. Tais fatores evidenciam que a consolidação da inclusão escolar depende não apenas da existência de legislação específica, mas também de investimentos permanentes em infraestrutura, valorização profissional e políticas públicas capazes de assegurar condições adequadas para o trabalho pedagógico.

Portanto, o papel do professor e do Atendimento Educacional Especializado é indispensável para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva. A atuação articulada entre esses profissionais, associada à formação continuada, ao planejamento colaborativo e ao uso de recursos de acessibilidade, possibilita o desenvolvimento de práticas pedagógicas que respeitam a diversidade e promovem uma aprendizagem significativa para todos os estudantes, consolidando os princípios da equidade, da cidadania e do direito à educação.

2.4 Desafios e Possibilidades da Educação Inclusiva na Escola

A educação inclusiva representa um importante avanço na construção de uma escola democrática, comprometida com a valorização da diversidade e com a garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes. Entretanto, sua efetivação ainda enfrenta inúmeros desafios que envolvem aspectos estruturais, pedagógicos, sociais e políticos. Embora a legislação brasileira assegure o acesso dos estudantes com deficiência ao ensino regular, a consolidação de práticas inclusivas depende da superação de barreiras que dificultam a participação plena e o desenvolvimento educacional desses estudantes (BRASIL, 2015).

Entre os principais desafios destaca-se a formação inicial e continuada dos professores. Muitos docentes relatam dificuldades para atender às diferentes necessidades educacionais presentes nas salas de aula, especialmente pela insuficiência de conhecimentos específicos sobre educação inclusiva, adaptações curriculares, tecnologias assistivas e metodologias acessíveis. Estudos recentes demonstram que a fragilidade na formação docente compromete a implementação de práticas pedagógicas inclusivas, tornando necessária a ampliação de programas permanentes de capacitação voltados para a realidade da escola básica. Tais programas favorecem o desenvolvimento de competências profissionais e fortalecem a atuação docente diante da diversidade presente no contexto escolar (MACHADO et al., 2025; ALMEIDA et al., 2024).

Outro desafio recorrente refere-se às condições estruturais das instituições de ensino.

Muitas escolas ainda apresentam limitações relacionadas à acessibilidade arquitetônica, à disponibilidade de materiais pedagógicos adaptados, às tecnologias assistivas e ao número insuficiente de profissionais especializados para atender às demandas da educação inclusiva. Essas dificuldades podem comprometer tanto o trabalho docente quanto o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência, evidenciando a necessidade de

investimentos públicos voltados para infraestrutura, recursos didáticos e ampliação dos serviços de apoio educacional (BRASIL, 2015).

Além das questões estruturais, as barreiras atitudinais permanecem como um dos maiores obstáculos para a inclusão escolar. Preconceitos, estigmas e práticas discriminatórias ainda estão presentes em diversos contextos educacionais, dificultando a participação efetiva dos estudantes com deficiência nas atividades escolares. Nesse sentido, promover uma cultura inclusiva exige o fortalecimento de ações de sensibilização, respeito às diferenças e valorização da diversidade, envolvendo professores, gestores, estudantes, famílias e toda a comunidade escolar. A inclusão depende, sobretudo, de mudanças nas concepções sobre deficiência e aprendizagem, compreendendo a diversidade como elemento enriquecedor do processo educativo (MANTOAN, 2015).

Apesar desses desafios, inúmeras possibilidades têm contribuído para o fortalecimento da educação inclusiva nas escolas brasileiras. Entre elas destacam-se o desenvolvimento de práticas pedagógicas colaborativas, a flexibilização curricular, a utilização do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), o uso de tecnologias digitais acessíveis e a atuação integrada entre professores da sala comum, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), equipe gestora e famílias. Essas estratégias ampliam as oportunidades de participação e favorecem a aprendizagem significativa dos estudantes com deficiência, promovendo ambientes educacionais mais equitativos e acolhedores (BRASIL, 2008).

Outro aspecto relevante é a construção de uma gestão escolar comprometida com os princípios da inclusão. A liderança da equipe gestora exerce papel fundamental na elaboração de políticas institucionais, no incentivo à formação continuada, na organização dos recursos pedagógicos e na promoção de espaços de diálogo entre todos os profissionais da escola. Pesquisas recentes indicam que escolas que investem em trabalho colaborativo, planejamento coletivo e acompanhamento pedagógico apresentam melhores resultados na implementação de práticas inclusivas e no fortalecimento da cultura escolar inclusiva (MALTA et al., 2025).

A participação da família também constitui uma possibilidade importante para o sucesso da inclusão escolar. A parceria entre escola e família favorece o compartilhamento de informações sobre o desenvolvimento dos estudantes, fortalece o acompanhamento das aprendizagens e contribui para a construção de estratégias pedagógicas mais adequadas às necessidades individuais. Quando essa relação ocorre de forma colaborativa, amplia-

se o compromisso coletivo com o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos estudantes com deficiência (BRASIL, 2015).

Dessa forma, a consolidação da educação inclusiva exige a articulação entre políticas públicas, gestão escolar, formação docente, práticas pedagógicas inovadoras e participação da comunidade educativa. Embora persistam desafios relacionados à infraestrutura, aos recursos e à capacitação profissional, as possibilidades existentes demonstram que a inclusão escolar é viável quando fundamentada nos princípios da equidade, da acessibilidade e do respeito à diversidade. Assim, investir na construção de ambientes educacionais inclusivos significa promover uma educação de qualidade que reconhece as diferenças como potencialidades e assegura o direito de todos os estudantes à aprendizagem e ao pleno exercício da cidadania.

3.METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica. A abordagem qualitativa possibilita compreender fenômenos educacionais a partir da interpretação dos significados, concepções e contribuições presentes na literatura científica, favorecendo uma análise aprofundada do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência (GIL, 2022).

A pesquisa bibliográfica foi realizada mediante levantamento de livros, artigos científicos, legislações e documentos oficiais relacionados à educação inclusiva, ao processo de ensino-aprendizagem, ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e às políticas públicas de inclusão escolar. Conforme Gil (2022), a pesquisa bibliográfica permite reunir e analisar conhecimentos produzidos sobre determinado tema, constituindo importante instrumento para a construção do referencial teórico e para a compreensão crítica do objeto investigado.

Os dados foram analisados por meio de leitura, seleção, organização e interpretação do material bibliográfico, buscando identificar os principais desafios e possibilidades relacionados à inclusão escolar e às práticas pedagógicas voltadas aos estudantes com deficiência.

4.RESULTADOS

Os resultados da pesquisa bibliográfica evidenciaram que a educação inclusiva tem avançado significativamente no Brasil em razão do fortalecimento das políticas públicas e dos marcos legais que asseguram o direito à educação dos estudantes com deficiência. Contudo, a literatura analisada demonstra que ainda persistem desafios

relacionados à formação continuada dos professores, à insuficiência de recursos pedagógicos, à acessibilidade e à implementação de práticas pedagógicas inclusivas.

Os estudos também indicam que estratégias como o planejamento flexível, a utilização de metodologias diversificadas, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o uso de tecnologias assistivas e a participação da família contribuem para o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem e para a promoção de uma educação mais equitativa. Dessa forma, verifica-se que a efetivação da inclusão escolar depende da atuação articulada entre professores, gestores, família e políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos estudantes com deficiência.

5. CONCLUSÃO

A educação inclusiva constitui um importante instrumento para a garantia do direito à educação e para a construção de uma escola comprometida com a equidade, a diversidade e o respeito às diferenças. Ao analisar o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência, verificou-se que a inclusão escolar vai além do acesso à escola, exigindo condições efetivas de participação, permanência e aprendizagem por meio de práticas pedagógicas inclusivas e acessíveis. A pesquisa evidenciou que a atuação do professor, aliada ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), à formação continuada, ao planejamento pedagógico flexível e ao uso de recursos de acessibilidade, desempenha papel fundamental no desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos estudantes com deficiência. Entretanto, ainda persistem desafios relacionados à infraestrutura, à formação docente e à disponibilidade de recursos pedagógicos, os quais demandam maior investimento por parte das políticas públicas.

Conclui-se que a consolidação da educação inclusiva depende do compromisso coletivo entre escola, família, profissionais da educação e poder público, visando à construção de ambientes educacionais capazes de acolher a diversidade e promover oportunidades de aprendizagem para todos. Dessa forma, fortalecer práticas inclusivas significa contribuir para uma educação mais democrática, equitativa e comprometida com o desenvolvimento integral dos estudantes.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ricardo Santos de et al. A importância da formação docente para a promoção da diversidade e inclusão nas escolas: uma revisão integrativa de literatura. *Lumen et*

Virtus, v. 15, n. 39, p. 1982-1991, 2024.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. 2. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

GUEIBER, E. et al. Estratégias de ensino e de aprendizagem para jovens e adultos com deficiência intelectual no Brasil: uma revisão sistemática. *Ensino & Pesquisa*, v. 21, n. 2, 2023.

GOMES, R. M. O. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contexto da educação especial, para a construção e a consolidação de uma escola inclusiva: caminhos e descobertas. *Revista Científica FESA*, v. 2, n. 19, 2024.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 7. ed. Barueri, SP: Atlas, 2022.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: focos de estudo e percursos metodológicos. *Pro-Posições*, Campinas, v. 33, e20200141, 2022.

LEITE, M. M. F. As principais políticas públicas de inclusão para as pessoas com deficiência e suas

possibilidades inclusivas ao contexto escolar. Revista Contexto & Educação, v. 39, n. 121, 2024.

LIBÂNEO, J. C. Didática. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2023.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? 2. ed. São Paulo: Summus, 2015.

MACHADO, Leandro Soares et al. Formação docente e educação inclusiva: desafios e possibilidades na escola básica. Revista de Geopolítica, v. 17, n. 1, 2025.

MALTA, Daniela Paula de Lima et al. Educação inclusiva: desafios e possibilidades na construção de uma escola para todos. Revista Ilustração, v. 7, n. 2, 2025.

PIECZARKA, T.; VALDIVIESO, T. V. Desenho Universal para Aprendizagem e a inclusão de estudantes com deficiência intelectual: uma revisão sistemática. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 36, e32, 2023.

PINHO, F. V. A. et al. Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação como ferramentas de ensino e aprendizagem de deficientes visuais: uma revisão bibliográfica. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 18, e023108, 2023.

SANTOS, J. F.; MIRANDA, F. D. Formação de professores e educação inclusiva: concepções e desafios contemporâneos. Revista Foco, v. 16, n. 12, 2023.

SANTOS, S. P.; SARDAGNA, H. V. Acessibilidade curricular e inclusão escolar: uma revisão de literatura. Educere et Educare, Cascavel, v. 18, n. 45, p. 434–454, 2023.

SANDES, E. dos S.; PIMENTEL, S. C. Atendimento Educacional Especializado e professores da sala regular: articulações e diálogos para inclusão de estudantes com deficiência intelectual. Diálogos e Diversidade, v. 4, 2024.

SOUZA, H. M. S. et al. O papel do professor na educação inclusiva no ensino fundamental. Revista Missioneira, v. 26, n. 2, p. 301-310, 2024.

SPONCHIADO, L. F.; PAIM, M. M. W. A formação de professores e a inclusão dos estudantes

com deficiência. Revista Teias, v. 24, n. 73, p. 45-56, 2023.

UNESCO. Diretrizes e ações para promoção da educação inclusiva e dos direitos humanos. Paris: UNESCO, 2023.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Salamanca: UNESCO, 1994.

UNESCO. Educação inclusiva no Brasil. Paris: UNESCO, 2025.